

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 012/2026

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de material de consumo para os setores e secretarias da Prefeitura de Araruama (SEADM, SETRA, SEMAM, SOUSP, SEDEC, SESEG, SEAGR, SEPOL, SEDUC, SUBPREFEITURAS, SESERP, E SESAU), visando o bem estar dos servidores.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 661.289,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às XXh00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTA

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, com endereço na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, realizará licitação **na modalidade PREGÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 052/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1. PREÂMBULO:

1.1 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

1.2 PROCESSO Nº 887/2026

1.3 SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a eventual aquisição de material de consumo para os setores e secretarias da Prefeitura de Araruama (SEADM, SETRA, SEMAM, SOUSP, SEDEC, SESEG, SEAGR, SEPOL, SEDUC, SUBPREFEITURAS, SESERP, E SESAU), visando o bem estar dos servidores, nas quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

2.2 A licitação será dividida em **ITENS** seguindo a tabela constante no anexo III, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.3 O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

3.1 A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada em sistema eletrônico, nas seguintes condições:

Data da sessão: 26/05/2026

Horário: 10h00min

Tempo Máximo de Abertura da sessão: 15 (quinze) minutos

Local: Sistema de Compras do Licitanet - <https://licitanet.com.br/>

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO

Regime de Execução: EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO

Modo de Disputa: ABERTO.

4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 As despesas com o presente objeto serão asseguradas por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme dotação orçamentária vigente para o exercício de 2026, pertinentes ao Orçamento Municipal.

4.2 Declara-se, por oportuno, que as despesas com a efetivação do objeto em tela possuem adequação

orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4.3 O valor estimado da contratação será de **R\$ 661.289,20 (seiscentos e sessenta e um mil e duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)**.

5. DA RETIRADA DO EDITAL:

5.1 As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Edital por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

5.2 As retiradas do Edital também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

6. DOS ESCLARECIMENTOS:

6.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

6.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6.4 Os pedidos de esclarecimentos também terão sua divulgação na internet, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

6.4.1 Às licitantes interessadas, cabem acessar assiduamente o referido endereço eletrônico e sistema para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1 DO CREDENCIAMENTO

7.1.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

7.1.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

7.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

7.1.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

7.1.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente

ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.1.6 O cadastro junto ao SICAF poderá ser utilizado subsidiariamente, e deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> por meio de credencial e senha.

7.1.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.2 Da condição de participação no Pregão:

7.2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

7.2.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

7.2.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

7.2.4 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

7.2.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

7.2.7 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

7.2.8 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>.

7.2.9 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto

desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

7.2.10 As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2.10.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2.11 As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

7.2.13 Para o item 02 a participação é ampla concorrência para todos os portes de empresa.

7.2.14 Para os demais itens a participação é exclusiva para microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

7.3 Não poderão participar desta licitação:

7.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).

7.3.2 Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

7.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

7.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

7.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

7.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

7.4 O impedimento de que trata o item 7.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.3.2 e 7.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.7 O disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.9 A vedação de que trata o item 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2 A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução da fase de habilitação, conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da documentação exigida.

8.3 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.4 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 11.6 e 7.5 deste Edital.

8.5 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.5.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em

definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.5.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.5.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.5.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

8.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.8 A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.12.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.12.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.13.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto; e

8.13.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

9.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.2 Valor: (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e total do lote/item.

9.3 Marca/modelo.

9.4 Fabricante.

9.5 Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo do lote/item, estabelecido no Termo de Referência.

9.6 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao lote/item previsto para contratação.

9.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos (Anexo III deste Edital) nas normas de regência de contratações públicas federais e municipais, quando participarem de licitações públicas.

9.12 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

9.15 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação (art. 90, §3º e art 155, VI).

9.17 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

9.18 Caso o critério de julgamento seja o de **menor preço**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no TR e no Anexo III.

9.19 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

10.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

10.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e

aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

10.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 10.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

10.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18 Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se

encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

10.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

10.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

10.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

10.21.2.2 Empresas brasileiras.

10.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.22.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de

acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo .

10.22.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.22.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.22.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.22.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

10.22.6 Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

10.22.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO:

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 SICAF.

11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.5 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

11.1.6 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.4 e 11.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o

Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 8.6 deste Edital.

11.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

11.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1 Contiver vícios insanáveis.

11.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

11.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

11.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

11.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **item anterior**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.12.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.12.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

12.1 Habilitação jurídica:

12.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

12.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

12.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

12.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.1.8 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

12.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

12.2.4 Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.6 Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.2.8 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3 Qualificação Econômico-Financeira:

12.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

12.3.1.1 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

12.3.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.3.2 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os**

Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

12.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.3.3.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

12.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante

12.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.4.1 Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais de natureza e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.

12.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

12.5.1 Modelo de Declaração Unificada – Anexo IV

12.6 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.8 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.9 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.12 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.13 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.14 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.15 A habilitação não será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.15.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.15.1.1 Nos casos de declarações e documentos escaneados cuja assinatura não possua chancela para verificação em sítio eletrônico ou não atenda aos requisitos do Decreto Federal 10.543/2020, poderá o pregoeiro convocar a licitante para no prazo de 2 (dois) dias úteis apresentar documento original para autenticação por servidor da comissão de pregão eletrônico, sob pena de invalidação do documento.

12.16 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.16.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.17 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.17.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**.

12.18 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

12.19 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.19.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.19.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.19.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência Lei 14.133/21, art. 64.

12.19.4 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.19.5 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.20 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.21 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 12.17.1.

12.22 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.23 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.24 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só

conhecidos após o julgamento.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1 A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme Anexo II – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

13.1.2 Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail.

b) Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

c) Preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta.

d) Data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

e) Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

f) Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

g) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5.1 Serão desclassificadas ainda as propostas que:

a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.

b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital.

- c) Que estiverem em desacordo com as condições do presente documento.
- d) Estiverem em desacordo com as especificações dos itens constantes neste documento.
- e) Sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- f) Que contenha emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pela comissão de seleção.
- g) A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

13.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.8 O pregoeiro não se responsabilizará por propostas que não sejam entregues nos prazos definidos neste Edital.

13.9 Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais participantes.

14. DOS RECURSOS:

14.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.4.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.4.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório, podendo também ser disponibilizada no sítio eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

15.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DO TERMO DE CONTRATO:

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

17.2 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

17.3 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

19.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.1.1 As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

19.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.2.1 As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

20. DO PAGAMENTO:

20.1 As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.2 O Termo de Referência estabelece os critérios, prazos, forma e periodicidade de pagamento, bem como os procedimentos de medição, atesto e liquidação das despesas, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

21.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sistema pelo site <https://www.licitanet.com.br/> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida John Kennedy, 120 – Centro Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis das 09:00 às 17:00 horas.

22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo encaminha-la para a autoridade competente ou procuradoria jurídica, com encaminhamento publicação de cópia da resposta no Portal da Transparência - <https://www.araruama.rj.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>, para ciência de todos os interessados.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 A resposta à impugnação será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.6 As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

22.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão da Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

23.2 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, procedimentos de adesão, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados à Ata de Registro de Preços, que regerá as contratações decorrentes deste certame.

23.3 DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

23.3.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

23.3.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

24.1 Após a homologação e adjudicação, será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro:

24.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

24.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

24.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata.

24.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

24.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

24.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

(b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

24.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

24.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

24.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 Será vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme art. 82, VIII da Lei 14133/2021.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida John Kenney, 120 – Centro – Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- 25.12.1** – ANEXO I – Termo de Referência;
- 25.12.2** – Anexo II – Modelo Proposta de Fornecimento;
- 25.12.3** – ANEXO III – Valor Estimado;
- 25.12.4** – ANEXO IV– Modelo de Declaração Unificada;
- 25.12.5** – ANEXO V – Análise Econômico-Financeira;
- 25.12.6** – ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.
- 25.12.7** – ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 25.12.8** – ANEXO VIII – Cadastro Reserva.

Araruama, 12 de maio de 2026.

KALIMEIRE CAMILO LANES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto deste termo é o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo para os setores e secretarias da Prefeitura de Araruama (SEADM, SETRA, SEMAM, SOUSP, SEDEC, SESEG, SEAGR, SEPOL, SEDUC, SUBPREFEITURAS, SESERP E SESAU), destinados ao atendimento das necessidades operacionais e administrativas das unidades municipais, bem como ao suporte ao atendimento institucional ao público e às atividades internas da Administração.

ITENS	PRODUTOS	UND.	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado, embalagem de 1 kg, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, sem avarias, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	4545	R\$ 5,01	R\$ 22.770,45
2	Café torrado e moído, embalagem de 500 g, embalado a vácuo ou em pacote hermeticamente fechado, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	5996	R\$ 37,55	R\$ 225.149,80
3	Adoçante dietético líquido, zero calorias, adoçado com sucralose, - embalagem com 75 ml.	UN	1202	R\$ 10,43	R\$ 12.536,86
4	Suco da fruta de garrafa – Maracujá - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	2866	R\$ 10,99	R\$ 31.497,34
5	Suco da fruta de garrafa – Caju - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de	UN	2890	R\$ 5,51	R\$ 15.923,90

	validade e demais informações obrigatórias				
6	Suco de fruta de garrafa – Manga – 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2516	R\$ 6,78	R\$ 17.058,48
7	Xarope de Guaraná – 1LT, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2260	R\$ 11,96	R\$ 27.029,60
8	Biscoito salgado comercializado em single pack contendo três lâminas, Sabor Original - Pacote de 141 g.	PCT	10136	R\$ 6,66	R\$ 67.505,76
9	Biscoito doce tipo maisena - Pacote de 175 g.	PCT	9748	R\$ 5,15	R\$ 50.202,20
10	Biscoito amanteigado, sabor nata, pote com 280gr	PCT	7752	R\$ 9,08	R\$ 70.388,16
11	Biscoito salgado cream crack pct 350gr	PCT	7890	R\$ 5,91	R\$ 46.629,90
12	Biscoito Rosquinha de leite 600 g	PCT	8144	R\$ 7,88	R\$ 64.174,72
13	Filtro de papel nº 103, caixa com 30 folhas	CX	1349	R\$ 4,71	R\$ 6.353,79
14	Filtro de papel nº 102, caixa com 30 folhas	CX	1012	R\$ 4,02	R\$ 4.068,24
VALOR ESTIMADO TOTAL:				R\$ 661.289,20	

1.1 Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração

1.2 Órgãos Participantes:

- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria de Política Social
- Secretaria de Educação

2. FUNDAMENTAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se nos estudos técnicos preliminares elaborados na fase preparatória, os quais evidenciaram a necessidade de garantir o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios e materiais de copa, indispensáveis ao regular funcionamento das unidades administrativas municipais e ao adequado atendimento institucional.

A necessidade da contratação decorre da demanda contínua das Secretarias e setores municipais por insumos de consumo rotineiro, indispensáveis ao apoio administrativo, ao atendimento ao público e à manutenção das condições mínimas de funcionamento das repartições.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza recorrente da demanda, pela impossibilidade de definição exata do consumo mensal de cada unidade e pela conveniência administrativa de realizar contratações futuras conforme a necessidade efetiva, nos termos da legislação vigente. A modelagem adotada observa a divisibilidade do objeto e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

A contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico**, sob o **Sistema de Registro de Preços**, com critério de julgamento de **menor preço por item** e modo de disputa **aberto**, por se tratar de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza da demanda, caracterizada como contínua, recorrente e de quantitativo variável, não sendo possível a definição exata do consumo ao longo da vigência da ata, além de permitir maior flexibilidade, eficiência e economicidade na gestão das aquisições.

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, em razão da divisibilidade do objeto e da possibilidade de fornecimento por múltiplos fornecedores, o que contribui para a ampliação da competitividade e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O modo de disputa adotado será o aberto, com apresentação de lances sucessivos, conforme previsto na legislação vigente, garantindo maior transparência, competitividade e eficiência no processo de seleção.

4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

O presente objeto não envolve a contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), consistindo na aquisição de bens de consumo de natureza comum (gêneros alimentícios), destinados ao atendimento das demandas administrativas das Secretarias Municipais.

Dessa forma, não se aplica a análise de alinhamento com necessidades tecnológicas, sistemas, infraestrutura de TIC ou diretrizes de governança tecnológica, por não haver qualquer componente tecnológico vinculado à execução do objeto.

5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC

Não se aplica.

A presente contratação não envolve serviços ou soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), inexistindo a necessidade de definição de requisitos técnicos específicos relacionados a arquitetura tecnológica, níveis de serviço, métricas de mensuração ou quaisquer outros elementos próprios desse tipo de contratação.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada mediante o parcelamento por item, adotando-se o critério de julgamento pelo Menor Preço por Item, conforme previsto no Art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1 A opção pelo parcelamento justifica-se pelos seguintes fundamentos:

- **Ampliação da Competitividade:** A divisão do objeto em itens independentes permite que empresas de diferentes portes e especialidades participem do certame, aumentando a disputa e, consequentemente, a obtenção de preços mais vantajosos para o erário municipal.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** Os itens que compõem o objeto (gêneros alimentícios e materiais de copa) possuem naturezas distintas e podem ser fornecidos por diferentes segmentos do mercado de gêneros alimentícios, não havendo dependência técnica que obrigue a aquisição conjunta de um único fornecedor.
- **Ausência de Prejuízo ao Conjunto:** O parcelamento não compromete a execução do objeto nem gera perda de economia de escala; pelo contrário, evita o agrupamento desnecessário que poderia restringir a participação de micro e pequenas empresas locais ou regionais.

6.2 Em consonância com o planejamento realizado, a Administração entende que o parcelamento é a medida que melhor atende ao interesse público, garantindo a seleção da proposta mais benéfica para cada produto individualmente. A opção pelo parcelamento observa o dever legal de avaliação da divisibilidade do objeto e visa ampliar a competitividade, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência administrativa.

7. DO CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto consiste em fornecimento comum, padronizado, de baixa complexidade técnica e amplamente acessível no mercado, não demandando a conjugação de capacidades empresariais distintas para sua execução.

A vedação mostra-se compatível com os princípios da proporcionalidade, da competitividade e da eficiência, uma vez que a admissão de consórcios, no caso concreto, não amplia a competitividade de forma relevante e pode dificultar a responsabilização e a gestão contratual.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução consiste na formação de uma Ata de Registro de Preços (ARP) para o fornecimento parcelado de material de consumo (gêneros alimentícios e materiais de copa, conforme especificações e quantitativos constantes deste Termo de Referência), visando atender ao fluxo contínuo de suprimento das unidades administrativas do Município de Araruama.

8.2 O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante a emissão de Ordens de Fornecimento ou Notas de Empenho pelas Secretarias Requisitantes, de acordo com suas necessidades efetivas e disponibilidade orçamentária.

8.3 A gestão da solução observará a seguinte dinâmica:

Órgão Gerenciador: A Secretaria Municipal de Administração será responsável pela condução do certame e pelo controle global da ata.

Órgãos Participantes e Autonomia: A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria de Política Social, Trabalho, Habitação, Terceira idade e Desenvolvimento Humano e a Secretaria Municipal de Educação, na condição de gestoras de Fundos Municipais, terão autonomia plena para realizar seus próprios pedidos, gerir seus saldos, designar seus próprios fiscais e proceder com o atesto e pagamento de suas despesas.

Locais de Entrega: O fornecedor deverá entregar os produtos nos endereços indicados pelas secretarias no ato da solicitação, dentro do território do Município.

8.4 Os produtos deverão atender rigorosamente aos padrões de qualidade e prazos de validade estabelecidos, incluindo a integridade das embalagens de todos os produtos, garantindo a segurança alimentar.

8.5 A solução busca, através da centralização da compra, mas descentralização da execução, garantir economia de escala para o município sem comprometer a agilidade operacional das pastas finalísticas (Saúde e Educação).

9. GESTÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A execução contratual observará o Mapa de Riscos elaborado na fase de planejamento, contemplando, dentre outros, os seguintes riscos:

- Atraso na entrega dos produtos;
- Fornecimento de itens em desconformidade;
- Problemas logísticos de distribuição;
- Variação de preços de mercado.

Serão adotadas medidas preventivas e corretivas, incluindo fiscalização ativa, aplicação de sanções e substituição imediata de produtos inadequados.

10. DA EXECUÇÃO

A execução do objeto ocorrerá de forma descentralizada e sob demanda, conforme as regras do Sistema de Registro de Preços (SRP), mediante a emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento.

10.1 Vigência e Validade

Vigência da Ata de Registro de Preços (ARP): A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, contado de sua assinatura, **podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de Validade da Proposta: As propostas deverão ter validade mínima de **60 (sessenta) dias**, salvo prazo superior expressamente previsto no edital.

10.2 Prazo e Condições da Entrega

O prazo de entrega será de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, admitida prorrogação excepcional, desde que previamente solicitada, devidamente justificada pela contratada e expressamente aceita pela Administração, sem prejuízo ao interesse público.

Condições do produto: Os produtos deverão ser entregues com **prazo de validade remanescente mínimo correspondente a 75% da validade total do produto**, contada a partir da data de fabricação.

10.3 Local de Entrega e Recebimento (Autonomia dos Fundos)

Locais: As entregas serão realizadas nas sedes das Secretarias requisitantes ou em locais por elas designados dentro do Município de Araruama.

Recebimento e Atesto: O recebimento será realizado por servidor ou comissão designada. Conforme diretriz de planejamento, a SESAU, SEDUC e SEPOL realizarão o recebimento, a conferência técnica e o

atesto das notas fiscais através de seus próprios fiscais, dada a autonomia de seus respectivos Fundos.

10.4 Rejeição e Substituição

A Administração rejeitará qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações deste TR, com embalagem violada ou com validade inferior à exigida.

Em caso de rejeição, a Contratada deverá providenciar a substituição do item no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer custo adicional para o Município.

10.5 Atualização de Preços

Os preços registrados poderão ser revisados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação de fatos supervenientes, nos termos da legislação vigente.

11. DA GARANTIA

Em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de bens comuns de consumo, **não se aplica garantia técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva ou assistência técnica.**

A responsabilidade da contratada decorre da obrigação de fornecer produtos em conformidade com este Termo de Referência, com a legislação sanitária vigente e com as condições pactuadas, respondendo por vícios, defeitos, impropriedades para consumo, desconformidades de qualidade, integridade, rotulagem, acondicionamento e prazo de validade.

Constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá promover a substituição do item rejeitado no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, sem ônus adicional para a Administração.

12. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em dados objetivos fornecidos pelas Secretarias participantes, considerando as necessidades reais de consumo para o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Os quantitativos foram definidos a partir dos levantamentos encaminhados por cada Secretaria demandante, por meio de memorandos específicos, nos quais foram consideradas variáveis como histórico de consumo, rotina administrativa, número de unidades atendidas e projeção de demanda.

A memória de cálculo da contratação corresponde aos referidos memorandos apresentados pelas Secretarias participantes, cujo consolidado encontra-se refletido no Item 1 deste Termo de Referência, que apresenta a planilha geral de quantitativos estimados.

12.1 Distribuição Detalhada por Secretaria

ITENS	PRODUTOS	UND.	SEADM	SEOUR	SETRA	SEMAM	SETUR	SEAGR	SESEG	SEDUC	SECULT	SESERP	SUB.IGUA	SUB.MORR	SUB.SÃO	SUB.PRAIA	SESAU	SEELA	SEPOL
1	Açúcar refinado, embalagem de 1 kg, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, sem avarias, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	1100	132	50	80	250	180	80	720	48	170	400	255	200	100	520	80	180

2	Café torrado e moído, embalagem de 500 g, embalado a vácuo ou em pacote hermeticamente fechado, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	2200	264	100	50	250	288	160	800	72	160	480	100	120	192	520	96	144
3	Adoçante dietético líquido, zero calorias, adoçado com sucralose, - embalagem com 75 ml.	UN	440	12	12	18	30	36	10	360	24	40	10	2	10	30	80	16	72
4	Suco da fruta de garrafa – Maracujá - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	330	48	50	32	80	288	200	360	60	170	240	128	100	100	300	20	360
5	Suco da fruta de garrafa – Caju - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	330	48	50	50	80	288	200	360	120	170	240	128	50	100	300	16	360
6	Suco de fruta de garrafa – Manga – 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	330	48	50	60	80	288	52	360	60	170	240	128	50	100	300	20	180
7	Xarope de Guaraná – 1LT, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	330	48	50	25	60	145	100	360	24	100	360	128	60	70	200	20	180
8	Biscoito salgado comercializado em single pack contendo três lâminas, Sabor Original - Pacote de 141 g.	PCT	3300	264	200	100	170	432	300	500	120	300	360	306	180	250	1404	150	1800
9	Biscoito doce tipo maisena - Pacote de 175 g.	PCT	3300	264	100	80	170	360	300	500	60	300	360	306	200	144	1404	100	1800
10	Biscoito amanteigado, sabor nata, pote com 280gr	PCT	3300	0	50	80	100	360	300	500	48	550	360	204	150	50	520	100	1080
11	Biscoito salgado cream crack pct 350gr	PCT	3300	0	50	90	100	360	300	500	48	550	360	102	150	250	600	50	1080
12	Biscoito Rosquinha de leite 600 g	PCT	3300	0	50	100	100	360	300	120	72	550	360	102	100	96	1404	50	1080
13	Filtro de papel nº 103, caixa com 30 folhas	CX	500	24	25	10	60	0	10	120	36	250	30	24	15	15	50	0	180
14	Filtro de papel nº 102, caixa com 30 folhas	CX	300	24	0	18	60	100	10	120	36	0	30	24	0	10	50	50	180

12.2 Ressalta-se que, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos estimados não geram obrigação de contratação integral, constituindo-se como referência para atendimento das demandas futuras, conforme necessidade da Administração.

13. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

O valor máximo estimado global da contratação é de R\$661.289,20 (seiscentos e sessenta e um mil e duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

A estimativa de preços foi obtida mediante pesquisa de mercado formalmente realizada nos autos do processo administrativo, observando-se metodologia compatível com a legislação vigente, com base em cotações, contratações similares e/ou sistemas oficiais de preços, garantindo a formação de valor estimado compatível com o mercado.

Os valores unitários estão descritos na planilha do Item 1 deste Termo de Referência.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes das contratações futuras correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de cada órgão ou entidade participante, a serem indicadas no momento da formalização de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das informações orçamentárias já consignadas nos autos para fins de planejamento.

A despesa decorrente desta contratação por parte da SEADM:

P.T 02.06.001.04.122.0046.20.30. ED 33.90.30

A despesa decorrente desta contratação por parte da SEPOL:

P.T 0701.08.122.0046.2.030

Ficha 381

Fonte 1704

Elemento de despesa 3.3.90.30.00

A despesa decorrente desta contratação por parte da SESAU:

P.T 10.302.0043.2124

Natureza da Despesa 3.3.90.99.60

A despesa decorrente desta contratação por parte da SEDUC:

P.T 16.01.001.12.2.058.000; ND: 3.3.90.30.00.00.00

P.T 16.01.001.12.365.0012.2.058.000; ND: 3.3.90.30.00.00.00

15. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Serão observadas, quando cabíveis, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive no que se refere à regularização fiscal tardia, critérios de desempate e demais benefícios legalmente aplicáveis.

16. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

As propostas apresentadas deverão observar as disposições deste Termo de Referência e do Edital, sendo formuladas com base nas especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas para o objeto da contratação.

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, salvo previsão diversa e expressamente motivada no edital.

Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, despesas com transporte, carga e descarga, logística de distribuição e quaisquer outros insumos que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento.

As propostas deverão ser apresentadas com valores unitários e totais por item, sendo vedada a apresentação de preços simbólicos, irrisórios, inexecutáveis ou incompatíveis com os praticados no mercado.

Será adotado o critério de julgamento pelo menor preço por item, devendo as propostas possibilitar a adequada comparação entre os licitantes, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Não se aplica ao presente caso a avaliação de propostas técnicas, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO

Não será exigida a apresentação de amostras, exame de conformidade ou prova de conceito, considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente verificadas por meio da análise documental, da descrição técnica dos produtos e da conferência no ato do recebimento.

A aferição da qualidade e conformidade dos produtos será realizada no momento da entrega, por meio da verificação da integridade das embalagens, prazos de validade, rotulagem e atendimento às normas sanitárias vigentes.

18. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

No que se refere à qualificação técnica, será exigida a apresentação de, no mínimo, **1 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de gêneros alimentícios ou materiais de copa compatíveis com o objeto da contratação.

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitida a demonstração de fornecimento anterior correspondente a, no mínimo, **10% (dez por cento) do quantitativo estimado do item ou grupo de itens similares para o qual a licitante estiver concorrendo**, admitido o somatório de atestados, desde que suficiente para comprovar a aptidão operacional.

A exigência limita-se ao mínimo necessário para aferição da capacidade da licitante, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade.

19. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a execução do objeto, a contratada deverá observar os seguintes requisitos, sob pena de recusa dos

materiais e aplicação de sanções administrativas:

19.1 Padrões de Qualidade e Certificações

Normas Sanitárias: Todos os produtos objeto da contratação deverão estar em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as exigências dos órgãos reguladores competentes, quando aplicáveis.

19.2 Condições de Validade e Embalagem

Prazo de validade: No ato da entrega, todos os produtos deverão apresentar **prazo de validade remanescente mínimo correspondente a 75% da validade total do produto**, contada a partir da data de fabricação.

Integridade: As embalagens devem estar hermeticamente fechadas, sem furos, rasgos ou sinais de umidade. O café deverá ser obrigatoriamente acondicionado em embalagem a vácuo.

19.3 Sustentabilidade Ambiental

Em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e aos princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá atender aos seguintes requisitos ambientais:

- Fica vedado o fornecimento de produtos acondicionados em embalagens de poliestireno expandido (EPS – isopor), salvo quando comprovada a inexistência de alternativa técnica viável no mercado;
- As embalagens dos produtos deverão, preferencialmente, ser constituídas por materiais recicláveis, reutilizáveis ou com conteúdo reciclado, devendo possuir características que facilitem sua destinação ambientalmente adequada;
- A contratada deverá adotar práticas logísticas que minimizem impactos ambientais, especialmente quanto à redução de emissões e otimização de rotas de entrega, sempre que possível;
- O descumprimento das exigências ambientais poderá ensejar a recusa dos produtos pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

19.4 Fiscalização e Autonomia dos Fundos

Designação de Fiscais: A execução será acompanhada por fiscais designados. Reitera-se que a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação designarão seus próprios servidores para a fiscalização técnica e atesto, dada a autonomia financeira de seus respectivos Fundos.

Livre Acesso: A contratada deverá permitir o livre acesso dos fiscais às instalações de entrega e fornecer todas as informações solicitadas sobre a procedência dos lotes dos produtos.

19.5 Substituição de Materiais

Identificada qualquer desconformidade técnica ou vício de qualidade, a contratada fica obrigada a substituir o lote rejeitado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para a Administração Pública.

20. DO CONTRATO

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser formalizadas por meio de **contrato administrativo ou instrumento equivalente**, conforme autorizado pela legislação e de acordo com a natureza da demanda específica.

O prazo de vigência do contrato, quando celebrado, será definido no respectivo instrumento, observada a legislação aplicável e a natureza da contratação decorrente.

Quanto ao reajuste, sua aplicação observará a legislação vigente, mediante previsão expressa no edital e no instrumento contratual, respeitado o interregno mínimo legal, quando cabível. A revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da contratada e comprovação dos pressupostos legais.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade e baixo risco operacional.

A dispensa da garantia fundamenta-se nos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da competitividade, evitando a imposição de ônus desnecessário aos licitantes, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da adequada execução contratual.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No que se refere à Intenção de Registro de Preços (IRP), destaca-se que, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, sua finalidade é possibilitar a manifestação de interesse de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na participação do certame, visando ao ganho de escala e à maior economicidade.

Contudo, o §1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 admite a dispensa da divulgação da IRP quando o órgão gerenciador for o único contratante.

No presente caso, a não divulgação da IRP justifica-se pelos seguintes fundamentos:

- I. Limitação da estrutura administrativa disponível para o gerenciamento de Ata de Registro de Preços com participantes externos, o que reforça a necessidade de condução do procedimento de forma centralizada, garantindo maior controle, eficiência e adequada gestão contratual;
- II. Observância ao princípio da eficiência administrativa, uma vez que a não realização da IRP contribui para maior celeridade na condução do procedimento, sem prejuízo à competitividade e à economicidade.

Adicionalmente, registra-se que a presente decisão observa as boas práticas de planejamento das contratações públicas, assegurando a adequada delimitação da demanda, a regularidade do procedimento e a futura gestão eficiente da Ata de Registro de Preços.

22.1 Órgão Gerenciador

A Secretaria Municipal de Administração atuará como Órgão Gerenciador, competindo-lhe:

- Efetuar o registro das empresas vencedoras e formalizar a Ata;
- Controlar os saldos globais dos itens registrados;
- Autorizar, quando solicitado, a utilização da Ata pelos órgãos participantes;
- Conduzir eventuais procedimentos de aplicação de sanções por descumprimento das condições da Ata.

22.2 Órgãos Participantes e Autonomia Executiva

A Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Política Social e a Secretaria Municipal de Educação, através de seus respectivos Fundos Municipais, atuarão como Órgãos Participantes, detendo autonomia para:

- Solicitação de Insumos: Emitir suas próprias Notas de Empenho e Ordens de Fornecimento de acordo com sua disponibilidade orçamentária.
- Fiscalização Própria: Designar fiscais específicos para acompanhar as entregas em suas unidades, garantindo o controle técnico de qualidade.
- Gestão de Pagamento: Realizar a liquidação e o pagamento das despesas por elas contraídas, mediante o devido atesto das notas fiscais por seus próprios fiscais.

22.3 Fluxo de Execução

- Requisição: O órgão interessado emite a Ordem de Fornecimento à Contratada.
- Entrega: A Contratada entrega os produtos acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
- Atesto: O fiscal do órgão (ou fundo) que recebeu o material realiza a conferência e o atesto.
- Liquidação e Pagamento: O processo é instruído e encaminhado para o setor financeiro do respectivo Fundo ou Secretaria para pagamento.

22.4 Da adesão à ata de Registro de preços

- I. À prévia autorização do Órgão Gerenciador;
- II. À manifestação formal do fornecedor;
- III. À comprovação da vantajosidade da adesão, mediante demonstração de compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado;
- IV. À inexistência de prejuízo ao atendimento das demandas dos órgãos participantes;
- V. Ao respeito aos limites quantitativos previstos na legislação vigente.

22.5 Vigência da Ata e Assinatura

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, contado de sua assinatura, **podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O(s) vencedor(es) do certame terá(ão) o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para assinatura da Ata, sob pena de decair do direito à contratação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

22.6 Obrigações da Detentora da Ata

Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência e nos instrumentos contratuais padronizados, caberá à detentora da Ata:

- Cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas;
- Atender às solicitações dos órgãos participantes dentro dos prazos estipulados;
- Manter as condições de habilitação durante toda a vigência da Ata;

- Garantir a qualidade dos produtos fornecidos;
- Substituir, sem ônus, os itens em desconformidade;
- Colaborar com a fiscalização e prestar as informações solicitadas pela Administração.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1 Fiscalização e Acompanhamento: Designar, por meio de ato oficial, o Gestor da Ata e os Fiscais de Contrato para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário para a regularização de eventuais falhas.

23.2 Autonomia de Gestão: Garantir que a SEDUC, SESAU E SEPOL, através de seus respectivos Fundos, exerçam a fiscalização direta, o atesto das Notas Fiscais e a gestão financeira de suas demandas específicas, assegurando a autonomia técnica prevista no planejamento.

23.3 Condições de Recebimento: Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa entregar os materiais nos locais designados, dentro dos prazos estabelecidos.

23.4 Pagamento: Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, após o devido atesto das notas fiscais pelos fiscais competentes.

23.5 Notificação: Notificar a Contratada, formalmente e de imediato, sobre qualquer irregularidade, vício ou defeito constatado nos materiais entregues, bem como sobre eventuais atrasos injustificados.

23.6 Esclarecimentos: Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para o fiel cumprimento do objeto.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a executar o objeto em estrita observância às condições estabelecidas neste Termo de Referência, assumindo as seguintes obrigações:

24.1 Execução Fiel: Entregar os produtos (gêneros alimentícios e materiais de copa) em total conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e prazos definidos nas Ordens de Fornecimento ou Notas de Empenho.

24.2 Responsabilidade Técnica e Qualidade:

Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais, substituindo, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer produto que apresente vício, defeito, embalagem violada ou que seja recusado pela fiscalização.

24.3 Logística e Custos: Assumir integralmente todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a: transportes, fretes, carga e descarga, seguros, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas decorrentes da entrega.

24.4 Manutenção das Condições de Habilitação: Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista sempre que solicitado.

24.5 Atendimento a Fiscalização: Facilitar as atividades de fiscalização do Município, prestando prontamente os esclarecimentos solicitados e permitindo o acesso aos documentos de procedência dos lotes (notas fiscais de origem e certificados sanitários).

24.6 Danos a Terceiros: Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão gerenciador.

24.7 Sigilo e Ética: Manter conduta ética e respeitar as normas internas de segurança e acesso das unidades administrativas onde as entregas forem realizadas.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste Termo de Referência.

A vedação justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens de consumo comum, de baixa complexidade, cuja execução não demanda especialização técnica que justifique a participação de terceiros, sendo plenamente possível a execução direta pelo contratado.

Ademais, a execução direta contribui para a adequada gestão e fiscalização contratual, garantindo maior controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos, os prazos de entrega e o cumprimento das condições estabelecidas, evitando a fragmentação de responsabilidades.

26. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Não se aplica.

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de bens de consumo comuns (gêneros alimentícios), não envolvendo o desenvolvimento de soluções, produtos intelectuais, sistemas, documentos técnicos ou quaisquer ativos passíveis de proteção por direitos autorais ou propriedade intelectual.

Da mesma forma, a execução do objeto não implica acesso, tratamento ou armazenamento de informações sigilosas, pessoais ou sensíveis, não sendo necessárias exigências específicas relacionadas à segurança da informação ou confidencialidade.

27. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução das contratações decorrentes deste Termo de Referência será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, na qualidade de gestor e fiscais de contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A gestão e a fiscalização observarão o modelo estabelecido no Manual de Orientação aos Gestores e Fiscais de Contrato, disponibilizado no Portal da Transparência do Município de Araruama, o qual deverá ser utilizado como referência pelos agentes designados, sem prejuízo das disposições específicas previstas neste Termo de Referência.

Considerando as particularidades do objeto, a fiscalização será exercida de forma descentralizada pelos órgãos participantes, especialmente aqueles que operam por meio de Fundos Municipais, cabendo a cada unidade:

- Designar seus próprios fiscais para acompanhamento da execução;
- Realizar a conferência dos produtos no ato da entrega;
- Efetuar o atesto das notas fiscais;
- Registrar ocorrências e adotar as medidas necessárias em caso de desconformidade.

Constituem pontos críticos de controle da execução contratual:

- Verificação da qualidade dos produtos fornecidos;
- Conferência da integridade das embalagens;
- Observância dos prazos de entrega;
- Controle do prazo de validade dos itens;
- Aderência às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

O modelo de gestão e fiscalização deverá assegurar o acompanhamento contínuo da execução, a verificação da conformidade do objeto, o registro das ocorrências relevantes e a adoção tempestiva de medidas corretivas, de modo a garantir o cumprimento das obrigações contratuais e a proteção do interesse público.

A gestão e a fiscalização deverão observar os princípios da segregação de funções, do controle administrativo e do acompanhamento contínuo da execução, com registro formal das ocorrências relevantes no processo de contratação.

28. CRITÉRIOS DE PRAZO E MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em estrita observância ao cumprimento das obrigações contratuais e às normas de contabilidade pública.

28.1 Critério de Medição

A medição será realizada por item entregue e aceito, considerando o quantitativo efetivamente recebido pela Administração.

A conferência (medição) será efetuada pelos Fiscais do Contrato de cada unidade requisitante no ato do recebimento definitivo, mediante a verificação da conformidade com as especificações técnicas (ex: integridade da embalagem e prazo de validade).

28.2 Documentação para Pagamento

Para a liberação do pagamento, a Contratada deverá apresentar:

- Nota Fiscal/Fatura discriminando os itens entregues, valores unitários e totais;
- Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS;
- Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

28.3 Forma e Prazo de Pagamento

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da nota fiscal pelo fiscal competente, observada a regular instrução do processo de liquidação da despesa.

28.4 Retenções e Glosas

Caso os materiais entregues estejam em desacordo com as especificações, a Administração poderá glosar (descontar) o valor correspondente ao item rejeitado ou suspender o pagamento total até que a regularização seja efetuada, sem prejuízo da aplicação de sanções.

29. DAS SANÇÕES

O licitante ou a contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade.

Constituem, entre outras legalmente previstas, hipóteses de infração administrativa: dar causa à inexecução parcial ou total do contrato; dar causa a atraso injustificado na execução; não manter a proposta; não celebrar o contrato ou não assinar a ata quando convocado dentro do prazo de validade da proposta; apresentar documentação falsa; comportar-se de modo inidôneo; praticar ato lesivo à Administração; fraudar a licitação ou a execução contratual.

A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras previstas no edital e no contrato:

- a) **multa moratória** de até **0,33% por dia de atraso**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **10%**;
- b) **multa compensatória** de até **10%** sobre o valor da obrigação inadimplida ou, na inexistência de contrato formal, sobre o valor estimado do item adjudicado, nos casos de inexecução total, recusa injustificada em contratar, descumprimento grave das obrigações ou outras hipóteses previstas no edital.

Na aplicação das penalidades, a Administração observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados ao serviço público, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes e a proporcionalidade da medida adotada.

30. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO

Não há condições adicionais a serem estabelecidas.

As exigências necessárias à adequada execução do objeto encontram-se devidamente previstas nos itens anteriores deste Termo de Referência, abrangendo aspectos técnicos, operacionais, logísticos, de qualidade, prazos, fiscalização e responsabilidades das partes.

Dessa forma, entende-se que o presente instrumento contempla de maneira suficiente e adequada todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade pública, não sendo identificada a necessidade de inclusão de condições complementares.

31. DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação, devendo orientar a elaboração do edital, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais aplicáveis.

31.2 Este Termo de Referência deverá ser interpretado em conjunto com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e demais documentos que instruem o processo administrativo, prevalecendo o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública.

31.3 As disposições constantes neste Termo de Referência vinculam os licitantes e a futura contratada, integrando o instrumento convocatório e o contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

31.4 Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência e aquelas constantes do edital ou do contrato, prevalecerão as regras estabelecidas no instrumento convocatório e, posteriormente, no instrumento contratual.

31.5 Eventuais omissões ou lacunas deste Termo de Referência serão supridas pela aplicação da legislação vigente, em especial da Lei nº 14.133/2021, dos normativos municipais aplicáveis e dos princípios gerais do direito administrativo.

31.6 Poderão ser promovidos ajustes formais neste Termo de Referência, antes da publicação do edital, desde que não alterem a essência do objeto nem prejudiquem a isonomia entre os licitantes, mediante justificativa devidamente motivada nos autos do processo administrativo.

31.7 A participação no certame implica plena ciência e concordância dos licitantes com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que compõem o processo de contratação.

31.8 Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na legislação aplicável, nas cláusulas do edital, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais decorrentes, prevalecendo o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública.

Araruama, 20 de abril de 2026

Lucas Marinho

Responsável por elaborar o Termo de Referência

Autorizado por:

Melina Antunes da Silva

Superintendente de Fase Preparatória

Kalimeire Camilo

Secretária Municipal de Administração

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

PROCESSO: xxxx/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2026

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** _____. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, xx (xxxxxx) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ITENS	PRODUTOS	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado, embalagem de 1 kg, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, sem avarias, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	4545		
2	Café torrado e moído, embalagem de 500 g, embalado a vácuo ou em pacote hermeticamente fechado, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	5996		
3	Adoçante dietético líquido, zero calorias, adoçado com sucralose, - embalagem com 75 ml.	UN	1202		
4	Suco da fruta de garrafa – Maracujá - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de	UN	2866		

	validade e demais informações obrigatórias.				
5	Suco da fruta de garrafa – Caju - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2890		
6	Suco de fruta de garrafa – Manga – 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2516		
7	Xarope de Guaraná – 1LT, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2260		
8	Biscoito salgado comercializado em single pack contendo três lâminas, Sabor Original - Pacote de 141 g.	PCT	10136		
9	Biscoito doce tipo maisena - Pacote de 175 g.	PCT	9748		
10	Biscoito amanteigado, sabor nata, pote com 280gr	PCT	7752		
11	Biscoito salgado cream crack pct 350gr	PCT	7890		
12	Biscoito Rosquinha de leite 600 g	PCT	8144		
13	Filtro de papel nº 103, caixa com 30 folhas	CX	1349		
14	Filtro de papel nº 102, caixa com 30 folhas	CX	1012		

VALOR TOTAL:	
---------------------	--

Valor total da proposta é de _____ (_____)

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

ANEXO III

VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

ITENS	PRODUTOS	UND.	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado, embalagem de 1 kg, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, sem avarias, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	4545	R\$ 5,01	R\$ 22.770,45
2	Café torrado e moído, embalagem de 500 g, embalado a vácuo ou em pacote hermeticamente fechado, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	5996	R\$ 37,55	R\$ 225.149,80
3	Adoçante dietético líquido, zero calorias, adoçado com sucralose, - embalagem com 75 ml.	UN	1202	R\$ 10,43	R\$ 12.536,86
4	Suco da fruta de garrafa – Maracujá - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	2866	R\$ 10,99	R\$ 31.497,34
5	Suco da fruta de garrafa – Caju - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2890	R\$ 5,51	R\$ 15.923,90
6	Suco de fruta de garrafa – Manga – 500 ml,	UN	2516	R\$ 6,78	R\$ 17.058,48

	com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias				
7	Xarope de Guaraná – 1LT, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2260	R\$ 11,96	R\$ 27.029,60
8	Biscoito salgado comercializado em single pack contendo três lâminas, Sabor Original - Pacote de 141 g.	PCT	10136	R\$ 6,66	R\$ 67.505,76
9	Biscoito doce tipo maisena - Pacote de 175 g.	PCT	9748	R\$ 5,15	R\$ 50.202,20
10	Biscoito amanteigado, sabor nata, pote com 280gr	PCT	7752	R\$ 9,08	R\$ 70.388,16
11	Biscoito salgado cream crack pct 350gr	PCT	7890	R\$ 5,91	R\$ 46.629,90
12	Biscoito Rosquinha de leite 600 g	PCT	8144	R\$ 7,88	R\$ 64.174,72
13	Filtro de papel nº 103, caixa com 30 folhas	CX	1349	R\$ 4,71	R\$ 6.353,79
14	Filtro de papel nº 102, caixa com 30 folhas	CX	1012	R\$ 4,02	R\$ 4.068,24
VALOR TOTAL ESTIMADO:				R\$ 661.289,20	

ANEXO IV

MODELO – DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº: XXXX/2026

Processo Administrativo nº: XXXX/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação no Pregão Eletrônico nº _____ do Processo Administrativo nº _____, que tem por objeto _____, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de () Microempresa, () Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;**
- 2) Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 70 da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;**
- 3) Não está impedido de contratar com a Administração Pública;**
- 4) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;**
- 5) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6) Que inexistem fatos superveniente impeditivos a sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- 7) Que concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Pregão Eletrônico Eletrônica e submete-se ao disposto pela Lei 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**
- 8) Conhecemos o objeto da Dispensa e os termos constantes no Pregão Eletrônico nº ____/____ do Processo Administrativo nº ____/____ e seus ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.**
- 9) Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;**

- 10)** Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 11)** Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 12)** Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- 13)** Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- 14)** Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- 15)** Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, Dia/Mês/Ano

**Assinatura do Representante legal
RG e CPF**

ANEXO V

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

(MODELO)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL, ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL e ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) = X$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP) = X$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC = X$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

(contador)

OBS: O DOCUMENTO DEVERÁ CONTER A ASSINATURA DO CONTADOR.

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº/...., DE CONTRATAÇÃO DE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE

..... E

MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º ____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo n.º _____, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente Edital nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITENS	PRODUTOS	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado, embalagem de 1 kg, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, sem avarias, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	4545		
2	Café torrado e moído, embalagem de 500 g, embalado a vácuo ou em pacote hermeticamente fechado, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	5996		

3	Adoçante dietético líquido, zero calorias, adoçado com sucralose, - embalagem com 75 ml.	UN	1202		
4	Suco da fruta de garrafa – Maracujá - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	2866		
5	Suco da fruta de garrafa – Caju - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2890		
6	Suco de fruta de garrafa – Manga – 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2516		
7	Xarope de Guaraná – 1LT, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2260		
8	Biscoito salgado comercializado em single pack contendo três lâminas, Sabor Original - Pacote de 141 g.	PCT	10136		
9	Biscoito doce tipo maisena - Pacote de 175 g.	PCT	9748		
10	Biscoito amanteigado, sabor nata, pote com 280gr	PCT	7752		

11	Biscoito salgado cream crack pct 350gr	PCT	7890		
12	Biscoito Rosquinha de leite 600 g	PCT	8144		
13	Filtro de papel nº 103, caixa com 30 folhas	CX	1349		
14	Filtro de papel nº 102, caixa com 30 folhas	CX	1012		
VALOR TOTAL:					

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário do orçamento estimado de acordo com XXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de xx (xxxx) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se

estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias

respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2026

O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado nesta cidade, considerando o resultado da licitação nº/202..., publicada no de/202... para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº/202..., sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais n.º 09, 10, 11, 14 e 52 de fevereiro de 2024, e nos demais normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no Portal da Transparência e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a(s) proposta(s) com preço(s) ora registrado(s), independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento NÃO vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de aquisição de para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

2.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

2.3 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Transparência do município:

ITENS	PRODUTOS	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado, embalagem de 1 kg, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, sem avarias, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	4545		
2	Café torrado e moído, embalagem de 500 g, embalado a vácuo ou em pacote	UN	5996		

	hermeticamente fechado, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.				
3	Adoçante dietético líquido, zero calorias, adoçado com sucralose, - embalagem com 75 ml.	UN	1202		
4	Suco da fruta de garrafa – Maracujá - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias.	UN	2866		
5	Suco da fruta de garrafa – Caju - 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2890		
6	Suco de fruta de garrafa – Manga – 500 ml, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2516		
7	Xarope de Guaraná – 1LT, com rotulagem em conformidade com a legislação sanitária vigente, embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais informações obrigatórias	UN	2260		
8	Biscoito salgado comercializado em single pack contendo três lâminas, Sabor Original - Pacote de 141 g.	PCT	10136		

9	Biscoito doce tipo maisena - Pacote de 175 g.	PCT	9748		
10	Biscoito amanteigado, sabor nata, pote com 280gr	PCT	7752		
11	Biscoito salgado cream crack pct 350gr	PCT	7890		
12	Biscoito Rosquinha de leite 600 g	PCT	8144		
13	Filtro de papel nº 103, caixa com 30 folhas	CX	1349		
14	Filtro de papel nº 102, caixa com 30 folhas	CX	1012		
VALOR TOTAL:					

2.4 – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)).

3.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

3.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é (indicar o órgão ou entidade).

3.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no PNCP e no Portal da Transparência do Município;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata, observada a ordem de

classificação;

g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e

h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

3.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município de Araruama.

3.3.1 São atribuições dos participantes:

a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador;

b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;

d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e

e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUARTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

4.1 As informações relativas à possibilidade, condições e procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes do Decreto Federal nº 7.892/2013.

4.2 O Termo de Referência estabelece os critérios e limites para a adesão por outros órgãos ou entidades, bem como as responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes e não participantes, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA: DO QUANTITATIVO

5.1 As quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência no Anexo I, são as seguintes:

a) previsão de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver: (descrever quantidade).

b) previsão de contratação pelos não-participantes: (descrever quantidade).

5.2 As quantidades dos itens indicadas nas alíneas a e b do item 5.1 são meramente estimativas e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.3 As contratações adicionais de que trata o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o

gerenciador e para os participantes, quando houver.

5.3.1 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o gerenciador e pelos participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

5.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas, pelo gerenciador, entre os participantes do procedimento para registro de preços, quando houver.

5.5.1 Caberá ao gerenciador autorizar o remanejamento, com a transferência dos quantitativos entre os participantes, desde que haja anuência daquele que vier a sofrer a redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Termo de Referência.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

6.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 6.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 2, II do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, de acordo com a cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro

de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

6.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 6.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 052/2024.

6.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 6.3.5 e 6.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

6.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os seguintes requisitos:

8.2.1 somente o saldo remanescente será mantido;

8.2.2 deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação; e

8.2.3 deverá ser confirmado se os preços registrados permanecem atualizados, por meio de pesquisa de preços realizada na forma dos Decretos nº 009 e 052/ 2024.

CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 Fazem parte do Cadastro de Reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiveram sua proposta original.

9.2 A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

9.3 A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes, na forma do art. 21 do Decreto nº 052/2024.

9.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.5 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas na cláusula décima; ou
- b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 052/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os

parágrafos 4º e 5º do referido dispositivo.

10.2 Na hipótese de que trata a alínea d do item 10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata, poderá o gerenciador, desde que não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

10.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas das alíneas a, b e d do item 10.1 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

12.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de instrumento contratual (Anexo VII do Edital – Minuta de Contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

13.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das

obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.5 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Araruama, de de 202.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VIII

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>